



**Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A.**

**Relatório e Contas 2016**



Handwritten marks in blue and black ink, including a checkmark and several vertical lines.

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO ..... 3

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS ..... 16

3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS ..... 21

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS ..... 41





Handwritten marks in blue ink, including a checkmark and a signature.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.





Handwritten blue ink marks, including a checkmark and a signature.



# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO





## ATIVIDADE DA EMPRESA



A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, por contrato celebrado a 18 de março de 2010, com o Município do Cartaxo, e por um período de 35 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## EVENTOS RELEVANTES

Ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foram aprovadas as candidaturas apresentadas pela Cartágua (POSEUR-03-2012-FC-000010 e POSEUR-03-2012-FC-000011) para a construção da ETAR de Pontével e da ETAR de Valada respetivamente, no último trimestre do ano 2016. Esta aprovação pressupõe uma inversão em infraestruturas de cerca de 5,9 milhões de euros e uma contribuição do Fundo de Coesão de aproximadamente 3,7 milhões de euros a partir do ano 2017.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge quase 14 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os primeiros seis a oito anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Cartágua irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 6,7 milhões de euros.

### Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas realizado durante o ano de 2016 foi de 274.905,42 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final de 2016 o montante acumulado de 5.275.178,50 euros, o qual, face ao valor definido como obrigatório (10.143.369,00 euros), apresenta uma percentagem de realização de cerca de 52%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas realizado pela Cartágua no final de dezembro de 2016 foi o que se apresenta no quadro seguinte:





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Abastecimento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	395.424,77	
		Baixa	862.537,34	
	Pontével, Casais Amendoeira, Casais Lapa	Alta	320.564,72	
		Baixa	190.183,14	
	Valada, Porto Muge, Reguengo	Alta	74.329,00	
		Baixa		
	Vale da Pedra	Alta	365.927,00	
		Baixa		
			Sub-total	<b>2.208.965,97</b>
	Saneamento	Cartaxo, Vila Chã de Ourique	Alta	527.163,00
Baixa			436.949,77	
Pontével, Casais Amendoeira, Casal Penedo, Vale da Pinta		Baixa	1.708.400,00	
		Baixa	38.000,00	
Valada, Porto Muge		Alta	85.889,00	
		Baixa	3.000,00	
Eira, Lapa		Baixa	8.609,84	
		Baixa		
Outros			258.200,92	
		Sub-total	<b>3.066.212,53</b>	
<b>Total</b>			<b>5.275.178,50</b>	

### Rubricas do Plano de Investimento em Execução

#### *Rede coletora de Vale da Pinta*

No primeiro semestre de 2016 procedeu-se à instalação das 3 estações elevatórias, previstas no projeto de execução, à instalação de 70,5 metros lineares de conduta elevatória e à pavimentação de 1430 metros quadrados.

No mês de Junho instalou-se a conduta elevatória de drenagem de águas residuais na zona da estrada EN 365-2 (variante), utilizando o viaduto situado ao Km 5+590 (OA n.º 735).

No mês de Dezembro de 2016 procedeu-se à instalação de uma estação elevatória, 110 metros de conduta elevatória e 132 metros de rede coletora, na localidade de Vale da Pinta.

O atraso verificado na realização das obras executadas até Dezembro de 2016, está relacionado com a impossibilidade de acesso aos terrenos particulares necessários à implementação do interceptor 4.1, previsto no projeto da “Rede de drenagem de águas residuais domésticas e sistema de interceptores do setor de Vale da Pinta”, tendo a Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A. apresentado uma proposta de traçado alternativo, por forma a desviar o interceptor dos terrenos particulares. Importa ainda referir que a alteração se encontra devidamente aprovada pela entidade concedente.





V  
S  
W  
A

### Furos de captação

No decorrer do primeiro semestre de 2016, foi necessário proceder à substituição do grupo submersível que se encontrava instalado nos furos de captação AC1 e AC 5, assim como dos cabos de potência.



## SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias. Assim a Cartágua durante o ano de 2015 realizou várias diligências, tais como auditorias externas, as quais culminaram na obtenção da certificação na norma OHSAS 18001:2007.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida é feita com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições definidas.



De acordo com o planeamento realizado no final de 2015, nos meses entre Janeiro e Dezembro de 2016 procederam-se a alguns trabalhos em matéria de segurança e saúde no trabalho, destacando-se os trabalhos de implementação das medidas de autoproteção, prevendo-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2017.

Nos meses de Janeiro a Dezembro 2016 foram realizadas diversas ações em matéria de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, destacando-se:

- Aquisição de linhas de vida para o depósito elevado de Vale da Pinta;
- Instalação de uma segunda paragem de emergência nos decantadores da ETAR do Cartaxo;
- Colocação de PRVF na estação de bombagem de Vale da Pedra.
- Verificações das máquinas e dos equipamentos de trabalho;
- Avaliação do ruído ocupacional;
- Avaliação da iluminância;
- Consulta aos trabalhadores.

## CONTROLO DE PRAGAS

O plano de controlo de pragas de todos os locais afetos ao sistema de distribuição de água para consumo humano e de recolha e tratamento de águas residuais mantém-se com uma periodicidade bimensal.

A Cartágua através deste processo elimina possíveis pragas nas suas instalações, garantindo uma melhor qualidade do seu sistema.





H  
W  
26  
m  
#

## SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE

No dia 26 de outubro de 2016, realizou-se a auditoria externa de acompanhamento, pela entidade certificadora LusAenor, para verificação e determinação do grau de cumprimento dos requisitos estabelecidos nos sistema de gestão implementado na Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A., relativo às normas de referência ISO 9001:2008 e EN ISO 14001:2004.

Na sequência da referida auditoria não foram identificadas quaisquer não conformidades.

## ASPETOS TÉCNICOS

### Qualidade da Água Distribuída

#### *Qualidade de água para consumo humano*

A Cartágua – Águas do Cartaxo, S.A., de forma a monitorizar a qualidade da água distribuída realizou, no decorrer do ano de 2016, análises em conformidade com o descrito no Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) e elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

O controlo da qualidade da água captada, nos cinco furos de captação, é assegurado com recolhas de amostras realizadas com uma periodicidade trimestral.

Todas as análises efetuadas, tal como as respetivas recolhas, são realizadas por um laboratório externo à entidade, CESAB, que se encontra devidamente acreditado para o efeito.



A Cartágua além de realizar o controlo previsto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, realiza diariamente um controlo operacional à água destinada ao consumo humano, de forma a verificar os níveis de cloro (livre e total) em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetar possíveis anomalias, com o objetivo de implementar com a maior brevidade possível, medidas eficazes. Neste controlo operacional são realizadas anualmente mais de duas mil análises *in situ*.

Em 2016 foram efetuadas 837 análises aos diversos parâmetros cujos resultados se apresentaram em conformidade com os parâmetros de qualidade estabelecidos na legislação em vigor.

#### *Qualidade das águas residuais*

No que se refere às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), estas estão a ser monitorizadas de acordo com o plano de controlo definido nas licenças de exploração, emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ou, na ausência, em conformidade com o disposto na legislação em vigor.

#### *Qualidade das águas brutas*

Os 5 furos de captação do Concelho do Cartaxo encontram-se a ser monitorizados de acordo com o estipulado no Anexo I, categoria A1 do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.





M  
a  
a  
a

A 18 de Junho de 2012 foi emitida a licença de utilização de recursos hídricos para captação de águas subterrâneas particulares destinadas ao abastecimento público, iniciando-se a monitorização das captações de acordo com o estipulado na referida licença.

No decorrer do ano de 2016, realizaram-se 900 análises aos diversos parâmetros.

Das análises realizadas aos 5 furos de captação, não se registou qualquer incumprimento.

#### **Volumes de Água Comprada e Captada**

No ano de 2016 a Cartágua captou um volume de água de 1.553.239 m<sup>3</sup> através dos seus 5 furos de captação. No que diz respeito a água comprada, esta totalizou um volume de 150.459 m<sup>3</sup>.

#### **Volume Faturado**

No que respeita aos metros cúbicos de água faturados, a Cartágua faturou em 2016 um total de 1.204.852 m<sup>3</sup>. No que se refere ao número de utilizadores de abastecimento, a Cartágua tinha em Dezembro de 2016 um total de 12.332 utilizadores. Em Dezembro de 2016, o número de clientes de saneamento da Cartágua era de 9.583 utilizadores

#### **Interrupções de Funcionamento Planeadas e não Planeadas**

No ano de 2016, o número de intervenções não programadas em ramais abastecimento, condutas e coletores correspondeu ao um total de 332 intervenções, sendo 113 em ramais, 182 em condutas e 37 em outras intervenções.

No que respeita às interrupções de funcionamento planeadas, foram efetuadas 46 interrupções com aviso prévio.

#### **Volume de água residual recolhida e tratada**

No decorrer do ano de 2016, a ETAR do Cartaxo recolheu um total de 827.367 m<sup>3</sup> de águas residuais e tratou 696.794 m<sup>3</sup>. O diferencial verificado entre os caudais tratados e recolhidos, deve-se principalmente ao facto de a rede de drenagem ser maioritariamente unitária. Aquando do aumento de pluviosidade, tal situação provoca um elevado caudal afluente à ETAR e conseqüentemente a descarga pelos descarregadores de tempestade de águas residuais não tratadas.

Nos meses entre Janeiro e Dezembro de 2016, a ETAR de Pontével tratou 115.813 m<sup>3</sup> de água de água residual.

Em 2016, foram recolhidos 5.738m<sup>3</sup> de água residual e tratados 3.270 m<sup>3</sup> na ETAR de Reguengo.

### **INSTALAÇÃO DE CONTADORES**

A renovação do parque de contadores do concelho do Cartaxo evita a existência de erros na medição dos volumes de água distribuída, garantindo a cada cliente, que lhe seja faturada a quantidade de água que efetivamente consome.

No que respeita ao ano de 2016 foram substituídos 944 contadores.





## REABILITAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

No que se refere à construção da rede de distribuição de água para consumo humano entre Janeiro e Dezembro, não houve qualquer construção da rede de abastecimento, contudo procedeu-se à substituição de 782 metros lineares.

No que se refere à rede de drenagem de águas residuais, no ano de 2016, a Cartágua construiu 818 metros de rede de drenagem de águas residuais. No entanto, não se procedeu a qualquer substituição das redes de águas residuais existentes.

## INSTALAÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

A instalação de ramais para abastecimento de água, no período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2016 totaliza 72 ramais dos quais 30 são novos e 42 foram substituídos durante intervenções realizadas nos próprios ramais, isto devido ao seu avançado estado de deterioração.

No período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2016, a Cartágua construiu 16 ramais domiciliários de saneamento, não tendo procedido a qualquer substituição de ramais de saneamento.

## NÚMERO DE ROTURAS E OBSTRUÇÕES NA REDE DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

A Cartágua com o intuito de aumentar o rendimento hidráulico da rede e de forma a minimizar o desperdício de água, tem como objetivo reparar o mais rápido possível as roturas que possam surgir na rede ou nos ramais de abastecimento de água.

Tendo em conta que a rede de distribuição ainda contempla muitos quilómetros de condutas em fibrocimento, este ano ocorreram um total de 320 intervenções, entre roturas na rede e ramais de abastecimento.

As obstruções na rede coletora constituem uma dificuldade para o correto e eficiente funcionamento da própria rede. Para um aumento na eficácia das redes de saneamento, a Concessionária tem como objetivo a manutenção constante da rede coletora, para que esta se encontre mais funcional e tão desobstruída quanto possível. De janeiro a dezembro de 2016 a Cartágua, procedeu à manutenção da rede coletora totalizando 85 intervenções.

## LIMPEZA DE REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

Constitui um dos principais objetivos da Concessionária a manutenção da rede coletora do concelho do Cartaxo, pelo que a limpeza da rede é efetuada com uma periodicidade mínima semestral.

As limpezas na rede coletora são realizadas, principalmente, nas estações da primavera e outono evitando desta forma as obstruções na rede, ramais e descarregadores de tempestade. Todas as limpezas são realizadas com camiões combinados que têm uma elevada capacidade de aspiração e de limpeza.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2016, a Cartágua procedeu à limpeza de 11.327 metros lineares de redes de águas residuais.





## OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Cartágua assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Cartaxo, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* dos seus acionistas, a Cartágua apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Cartágua tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Cartaxo, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Cartágua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Cartágua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2016 de 23 pessoas.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Cartágua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Cartágua no ano de 2016, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Damos nota, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2015 e 2016.



### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.113 milhões de euros (2.837 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 275 mil euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 1,05% (de 2.808.513,83 euros em 2015 para 2.837.967,69 euros em 2016), e, a rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11, diminuiu a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 51,79% (de 570.205,51 euros em 2015 para 274.905,42 euros em 2016).

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Cartágua foi em 2016 de 3.018.219,53 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.378.100,60 euros, representa um decréscimo de 10,65%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 134.012,28 euros, representando 4,44% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 132.916,29 euros, representando então cerca de 3,93% do total dos gastos do exercício. A variação entre os dois exercícios, da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 0,82%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção) registou 1.253.663,66 euros, representando cerca de 41,54% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.254.885,25 euros, representando então cerca de 37,15% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de -0,10%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2016, contribuiu para 8,78% dos gastos totais, o equivalente a 274.905,42 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 342.228,90 euros, representando cerca de 11,34% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior, a mesma rubrica registava 392.450,61 euros, representando então cerca de 11,62% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de -12,80%.

A Cartágua registou em 2016 perdas/reversões por imparidade no valor de 14.957,21 euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2016, o montante de 159.390,59 euros (5,28% do total dos gastos do período), tendo registado em 2015 o valor de 85.175,52 euros (2,52% do total dos gastos do período). A variação entre os exercícios nesta rubrica apresentou um acentuado acréscimo de 87,13%, para o qual contribuiu o aumento das dívidas incobráveis no montante de aproximadamente 41.000 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações registou uma variação pouco expressiva, apresentando cerca de 575.527,19 euros, para o período em análise, face a 576.309,20 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 19,07% e 17,06%, sendo a sua variação entre períodos de -0,14%.



H  
M  
W  
A

O montante de Juros de financiamentos obtidos diminuiu face ao ano anterior. No exercício de 2016, esta rubrica apresentou um valor de 278.491,49 euros, tendo no exercício anterior, atingido o valor de 314.425,30 euros.

### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Cartágua foi em 2016 de 3.112.873,11 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.382.986,73 euros, representa um decréscimo de 7,87%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2016 cerca de 2.837.967,69 euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 1,05% face ao valor de 2.808.513,83 euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2016 com 274.905,42 euros, face ao valor de 570.205,51 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de Outros rendimentos registou no período em análise 4.722,86 euros. A mesma rubrica registava em 2015 o valor de 4.267,39 euros.

### Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 79.652,78 euros, representa um aumento significativo face ao exercício anterior, no qual o mesmo apresentou um valor de 24.918,92 euros.

### Evolução dos Capitais Próprios

A rubrica de capitais próprios da Cartágua sofreu um incremento, devido ao resultado líquido positivo do corrente exercício.

Apesar do ambiente macroeconómico difícil, a Cartágua encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável,

Embora muito dependentes da atual conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

No atual contexto macroeconómico, as perspetivas elaboradas para 2017 e anos seguintes, embora difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 968.352,33 euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 8,12% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 23,02%, situando-se no final de 2016 em 392.825,14 euros.



Handwritten signature or initials in blue ink.

	Ano 2016	Ano 2015
Rentabilidade do ativo total	0,44%	0,13%
Rentabilidade dos capitais próprios	4,05%	1,32%
Rentabilidade das vendas	2,56%	0,74%
EBITDA	968.352,33 €	895.620,63 €
EBIT	392.825,14 €	319.311,43 €

**Estrutura Financeira**

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos dois últimos anos, reflete uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas: ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 19.182.113,10 euros em 2015 para 18.188.226,69 euros em 2016.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 1.888.542,03 euros em 2015 para 1.968.194,81 euros em 2016, tendo aumentada a sua importância na estrutura de capitais, passando de 9,85% para 10,82%, conjuntamente com uma diminuição do valor do passivo, de 17.293.571,07 euros em 2015 para 16.220.031,88 euros em 2016.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2016, em termos percentuais, um acréscimo na variação dos mesmos face ao ano de 2015:

	Ano 2016	Ano 2015
Capitais próprios	1.968.194,81 €	1.888.542,03 €
Passivo total	16.220.031,88 €	17.293.571,07 €
Passivo corrente	11.351.841,61 €	12.150.475,38 €
A tivo total	18.188.226,69 €	19.182.113,10 €
A utonomia financeira (Capitais próprios/A tivo total)	10,82%	9,85%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	12,13%	10,92%
Endividamento (Passivo total/A tivo total)	89,18%	90,15%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	69,99%	70,26%

**FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO**

A aceitação dos termos do regulamento do programa POSEUR presume um reconhecimento no Balanço de um incremento do Ativo Intangível relativo ao Plano de Investimento a realizar pela Cartágua assim como um Subsídio ao Investimento, que só deverá produzir efeitos a partir de 2017.

**EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE**

O Conselho de Administração da Cartágua dará seguimento ao seu mandato para o triénio 2016-2018.

A Administração da Cartágua está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma redução de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência dos grupos empresariais em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Cartágua encara o futuro com otimismo e confiança.





Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Cartágua com muito otimismo e confiança.

### DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do período, que ascendeu a 79.652,78 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: 3.982,64 euros

Para Outras Reservas: 75.670,14 euros

## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Cartágua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Cartaxo, a 31 de março de 2017


### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



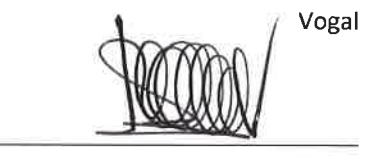
Carlos António Cordeiro da Conceição  
Presidente

  
Luis Francisco de Lope Alonso

Vogal

  
Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

  
Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

  
Júlio de Jesus Bento

Vogal





Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading 'F. Y. W. #', located in the top right corner.



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





**CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Em euros

	NOTAS	2016	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>A ativo não corrente</b>			
A ativos fixos tangíveis	3 2 : 6	59.687,82	13.963,60
A ativos intangíveis	3 1 : 3 3 : 6	16.379.108,56	16.947.102,50
Outros ativos financeiros		55,50	55,50
A ativos por impostos diferidos	3 4 : 7	307.440,84	263.592,35
<b>subtotal</b>		<b>16.746.292,72</b>	<b>17.224.713,95</b>
<b>A ativo corrente</b>			
Inventários	3 5 : 15	47.365,62	48.606,82
Clientes	3 7 : 9	324.343,09	381.067,55
Estado e outros entes públicos	3 7 : 8	231.152,55	187.755,70
Outros créditos a receber	3 7 : 9	118.709,75	116.942,99
Diferimentos	10	6.282,57	29.667,62
Caixa e depósitos bancários	3 7 : 4	714.080,39	1.193.358,47
<b>subtotal</b>		<b>1.441.933,97</b>	<b>1.957.399,15</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>18.188.226,69</b>	<b>19.182.113,10</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	3 6 : 14	1.850.000,00	1.850.000,00
Reservas legais	3 6 : 14	20.685,89	19.439,94
Outras reservas	3 6 : 14	23.987,05	314,08
Resultados transitados	3 6 : 14	(6.130,91)	(6.130,91)
Resultado líquido do período	3 6 : 14	79.652,78	24.918,92
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.968.194,81</b>	<b>1.888.542,03</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	3 11 : 6	4.868.190,27	5.143.095,69
<b>subtotal</b>		<b>4.868.190,27</b>	<b>5.143.095,69</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3 7 : 13	2.448.933,26	2.561.127,32
Estado e outros entes públicos	3 7 : 8	49.468,85	84.819,59
Financiamentos obtidos	3 7 : 12	5.475.000,00	5.975.000,00
Outras dívidas a pagar	3 7 : 13	3.378.439,50	3.529.528,47
<b>subtotal</b>		<b>11.351.841,61</b>	<b>12.150.475,38</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>16.220.031,88</b>	<b>17.293.571,07</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>18.188.226,69</b>	<b>19.182.113,10</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



cartágua

p.17



## CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	3 8 : 15	3.112.873,11	3.378.719,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(134.012,28)	(132.916,29)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.528.569,08)	(1.825.090,76)
Gastos com o pessoal	18	(342.228,90)	(392.450,61)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	14.957,21	(51.732,92)
Outros rendimentos	19	4.722,86	4.267,39
Outros gastos	20	(159.390,59)	(85.175,52)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>988.352,33</b>	<b>895.620,63</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 10 : 21	(575.527,19)	(576.309,20)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>392.825,14</b>	<b>319.311,43</b>
Juros e gastos similares suportados	22	(278.491,49)	(314.425,30)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>114.333,65</b>	<b>4.886,13</b>
Imposto sobre o rendimento do período	23	(34.680,87)	20.032,79
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>79.652,78</b>	<b>24.918,92</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

RUBRICAS	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	2.874.915,59	4.475.192,74
Pagamentos a fornecedores	(1.601.491,45)	(2.290.251,45)
Pagamentos ao pessoal	(348.068,09)	(401.368,55)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(62.820,11)	19.559,18
Outros recebimentos/pagamentos	(273.055,99)	(124.029,88)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>589.479,95</b>	<b>1.679.102,03</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
A ativos fixos tangíveis	(53.257,47)	(45.890,45)
A ativos intangíveis	(266.248,18)	(715.864,30)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(319.505,65)</b>	<b>(761.754,75)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	500.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1.000.000,00)	0,00
Juros e gastos similares	(249.252,38)	(314.446,53)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(749.252,38)</b>	<b>(314.446,53)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(479.278,08)</b>	<b>602.900,75</b>
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>1.193.358,47</b>	<b>590.457,72</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>714.080,39</b>	<b>1.193.358,47</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00	19.439,94	314,08	(6.130,91)	24.918,92	1.888.542,03
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados		1.245,95	23.672,97		(24.918,92)	
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>1.245,95</b>	<b>23.672,97</b>		<b>(24.918,92)</b>	
Resultado líquido do período					79.652,78	79.652,78
<b>Posição no fim do período</b>	<b>1.850.000,00</b>	<b>20.685,89</b>	<b>23.987,05</b>	<b>(6.130,91)</b>	<b>79.652,78</b>	<b>1.988.194,81</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	1.850.000,00	19.439,94	314,08	105.485,59	(111.616,50)	1.863.623,11
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados				(111.616,50)	111.616,50	
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>				<b>(111.616,50)</b>	<b>111.616,50</b>	
Resultado líquido do período					24.918,92	24.918,92
<b>Posição no fim do período</b>	<b>1.850.000,00</b>	<b>19.439,94</b>	<b>314,08</b>	<b>(6.130,91)</b>	<b>24.918,92</b>	<b>1.888.542,03</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

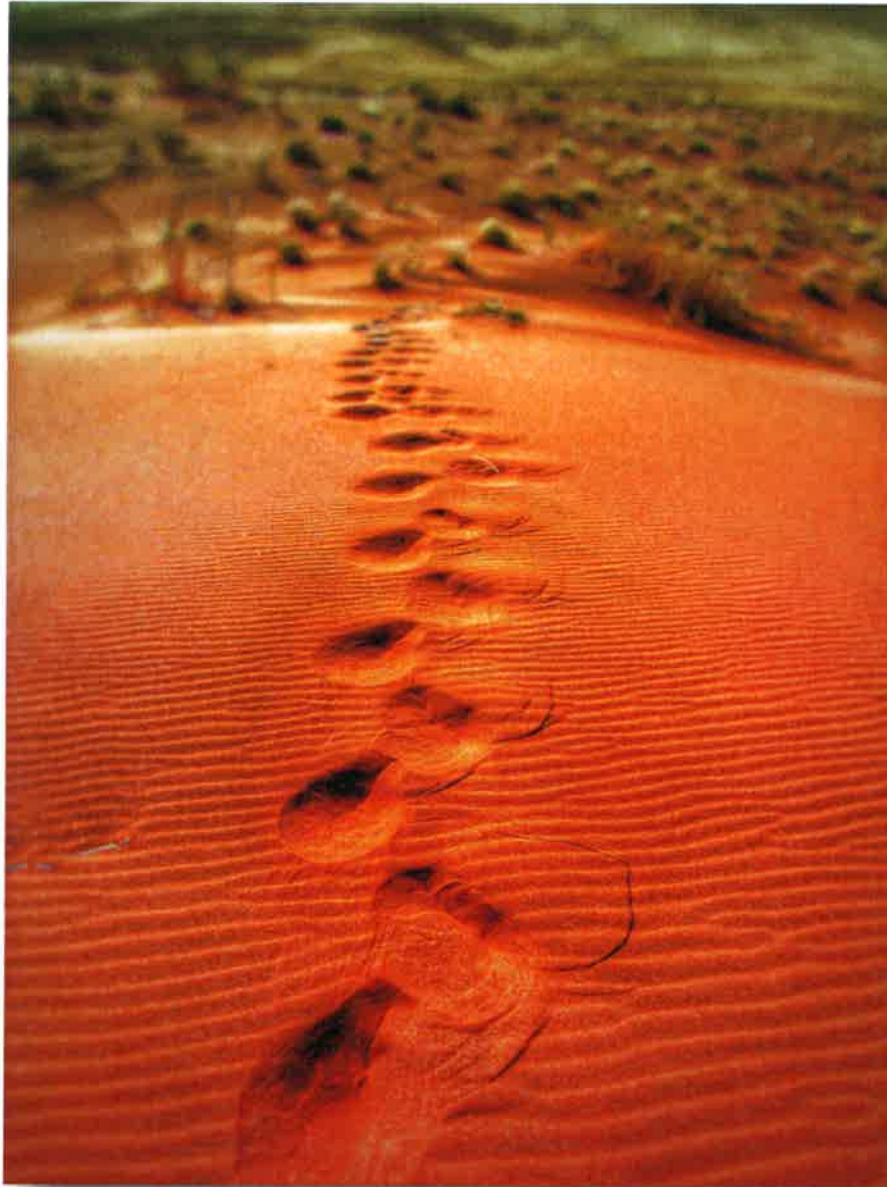
Cândido António Falcão

cartágua

p.20



H  
W  
m  
#



### 3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cartágua - Águas do Cartaxo, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Zona Industrial do Cartaxo, lote 20, em Vila Chã de Ourique, constituída em 18 de março de 2010, tendo como atividade principal a prossecução da Concessão da Exploração e Gestão Conjunta dos Serviços Públicos municipais de Abastecimento de Água para Consumo público e de Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos no Município de Cartaxo, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Cartágua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS /IFRS”), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

### 3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas



H  
M  
H  
H  
H

nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

## IFRIC 12

A Cartágua é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, pelo que a sua faturação depende integralmente dos consumos de água, que são por sua vez influenciados pelas condições meteorológicas, variação do número de consumidores/população, legislação e imposições do organismo regulador do setor de atividade, entre outros fatores.

A 12 de março de 2013 foi efetuada uma revisão ao contrato de concessão, tendo ficado acordado entre a Cartágua e o Município do Cartaxo, que o pagamento total da renda fixa a pagar à Concedente durante o período da concessão, se altera de 23 milhões de euros para o valor de 10,58 milhões de euros, tendo este contrato efeitos a partir do exercício económico de 2013.

A referida revisão contratual, alterou a cláusula 74.ª do contrato de concessão (Retribuição da concessão), tendo ficado previsto, o pagamento de uma retribuição anual à Concedente de valor definido até ao sexto ano de concessão, passando a partir do sétimo ano, a ser variável e calculada com base numa percentagem do montante faturado e cobrado, relativamente às tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, que originou um ajustamento ao cálculo do ativo intangível e ao passivo financeiro associados ao contrato de concessão.

Desta forma, os registos contabilísticos tiveram por base os cálculos das retribuições fixas (durante os seis primeiros anos), considerando-se a partir do sétimo ano o valor como variável e totalmente dependente do rédito que a empresa vier a registar nesse momento.

Considerando que a base de cálculo dessa retribuição é a própria atividade operacional da empresa, considera-se custo operacional no ano em que se incorrer no mesmo. Consideramos ainda que a imprevisibilidade do setor de atividade ao qual está exposta a Cartágua gera incertezas significativas relativamente ao rédito que se venha a reconhecer a partir do sétimo ano, e até ao final do contrato de concessão, não sendo possível desta forma calcular fiavelmente a retribuição a pagar à Concedente no período em causa.

No âmbito da NCRF 6 e da IAS 38 Ativos Intangíveis, bem como da IFRIC 12 – Acordos de Concessão, procedeu-se à atualização do valor do ativo intangível resultante da renegociação do acordo de concessão, o qual apresentava em 31 de dezembro de 2014 um valor líquido contabilístico de 8.529.825,64 euros e que apresenta em 31 de dezembro de 2015 o valor líquido contabilístico de 8.251.679,15 euros.

De igual forma foi ajustado o passivo financeiro no âmbito da NCRF 27 e da IAS 39 – Instrumentos financeiros, bem como da IFRIC 12, o qual apresentava em 31 de dezembro de 2014 um valor





H  
n  
am  
2  
H

contabilístico de 673.689,21 euros e que apresenta em 31 de dezembro de 2015 o valor contabilístico de 690.000,00 euros.

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 10,143 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas. O contrato de Concessão atualmente em vigor estabelece o pagamento de uma renda total fixa durante parte do período da concessão (6 anos, de 2010 a 2015) de 10,58 milhões de euros.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Cartágua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, que se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respetivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'W' at the top and several illegible signatures below.

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

### 3.4. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.





Handwritten signature or initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

### 3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

### 3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da entidade totalmente subscrito e realizado, era representado por 370.000 ações, com o valor nominal de 5,00 euros.

#### Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

#### Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

#### Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

### 3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

#### Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

#### Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.



H  
W  
am  
A  
gr

#### **Outros créditos a receber**

Os outros créditos a receber incluem devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

#### **Diferimentos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

#### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### **Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

#### **Outras dívidas a pagar**

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

#### **Fornecedores**

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### **3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS**

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.



H  
W  
Am  
F  
de

### 3.9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas em que se mantenha a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

### 3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

### 3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

### 3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.



*Handwritten notes in blue ink:*  
 H  
 au  
 f  
 21

### 3.13. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era:

	Ano 2016	Ano 2015
Caixa	4 123,25 €	3 539,20 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	40 984,30 €	116 887,57 €
Caixa Geral de Depósitos	668 972,84 €	1 072 931,70 €
<b>Total</b>	<b>714 080,39 €</b>	<b>1.193.358,47 €</b>

### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas:



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2016
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Equipamento básico	44 528,95 €	46 152,60 €	0,00 €	0,00 €	90 681,55 €
Equipamento de transporte	7 366,17 €	7 104,87 €	0,00 €	0,00 €	14 471,04 €
Equipamento administrativo	58 975,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58 975,31 €
<b>Total</b>	<b>110 870,43 €</b>	<b>53 257,47 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>164 127,90 €</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>					
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Equipamento básico	36 122,68 €	4 971,03 €	0,00 €	14 781,64 €	55 775,40 €
Equipamento de transporte	7 366,17 €	1 776,22 €	0,00 €	0,00 €	9 142,39 €
Equipamento administrativo	53 417,98 €	885,95 €	0,00 €	14 781,64 €	39 522,29 €
<b>Total</b>	<b>96 906,83 €</b>	<b>7 533,25 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>104 440,08 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>13 963,60 €</b>				<b>59 687,82 €</b>

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Transferências	Saldo em 31.12.2015
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Equipamento básico	49 108,95 €	0,00 €	0,00 €	4 580,00 €	44 528,95 €
Equipamento de transporte	7 366,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 366,17 €
Equipamento administrativo	54 395,31 €	0,00 €	0,00 €	4 580,00 €	58 975,31 €
<b>Total</b>	<b>110 870,43 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>110 870,43 €</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>					
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Equipamento básico	40 346,03 €	3 167,47 €	0,00 €	-7 390,82 €	36 122,68 €
Equipamento de transporte	6 319,79 €	1 046,38 €	0,00 €	0,00 €	7 366,17 €
Equipamento administrativo	41 925,75 €	4 101,41 €	0,00 €	7 390,82 €	53 417,98 €
<b>Total</b>	<b>88 591,57 €</b>	<b>8 315,26 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>96 906,83 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>22 278,86 €</b>				<b>13 963,60 €</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2016
<b>Ativos intangíveis em Firme</b>					
	20 320 700,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20 320 700,13 €
<b>Total</b>	<b>20 320 700,13 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>20 320 700,13 €</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>					
<b>Ativos intangíveis em Firme</b>					
	3 373 597,63 €	567 993,94 €	0,00 €	0,00 €	3 941 591,57 €
<b>Total</b>	<b>3 373 597,63 €</b>	<b>567 993,94 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 941 591,57 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>16 947 102,50 €</b>				<b>16 379 108,56 €</b>

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Ajustes	Saldo em 31.12.2015
<b>Ativos intangíveis em Firme</b>					
	20 320 700,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20 320 700,13 €
<b>Total</b>	<b>20 320 700,13 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>20 320 700,13 €</b>
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>					
<b>Ativos intangíveis em Firme</b>					
	2 805 603,69 €	567 579,61 €	0,00 €	414,33 €	3 373 597,63 €
<b>Total</b>	<b>2 805 603,69 €</b>	<b>567 579,61 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>414,33 €</b>	<b>3 373 597,63 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>17 515 096,44 €</b>				<b>16 947 102,50 €</b>





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, se encontra por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	5.143.095,69 €	5.713.301,42 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Diminuições (Nota 17)	(274.905,42) €	(570.205,73) €
<b>Total</b>	<b>4.868.190,27 €</b>	<b>5.143.095,69 €</b>

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2016		Ano 2015	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	283.592,35 €	0,00 €	195.179,88 €	0,00 €
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	43.848,49 €	0,00 €	68.412,47 €	0,00 €
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>43.848,49 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>68.412,47 €</b>	<b>0,00 €</b>
Saldo final	307.440,84 €	0,00 €	263.592,35 €	0,00 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
<b>A tivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	25.485,60 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	41.067,59 €	44.455,07 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	190.084,96 €	117.815,03 €
<b>Total</b>	<b>231.152,55 €</b>	<b>187.755,70 €</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	38.611,62 €	48.379,68 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	5.006,97 €	28.289,22 €
Contribuições para a segurança social	5.850,26 €	8.150,69 €
<b>Total</b>	<b>49.468,85 €</b>	<b>84.819,59 €</b>





H  
v  
m  
A  
d

## 9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Clientes C/C reflete o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de dezembro de 2016.

	Ano 2016	Ano 2015
Clientes		
Clientes C/C	333.081,41 €	415.399,19 €
Partes relacionadas (Nota 11)	0,00 €	17.401,28 €
Perdas por imparidade acumuladas	(8.738,32) €	(51.732,92) €
<b>Total</b>	<b>324.343,09 €</b>	<b>381.067,55 €</b>

### Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	(23.695,53) €	12.190,80 €
Reforço	(26.067,79) €	(51.732,92) €
Reversão	41.025,00 €	15.846,59 €
Utilização	0,00 €	0,00 €
<b>Saldo final</b>	<b>(8.738,32)</b>	<b>(23.695,53)</b>

### Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outros créditos a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Outros créditos a receber		
Adiantamentos a fornecedores	6.972,71 €	0,00 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	83.070,49 €	88.276,44 €
Devedores e credores diversos	28.666,55 €	28.666,55 €
<b>Total</b>	<b>118.709,75 €</b>	<b>116.942,99 €</b>

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real do consumo efectuados.

## 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	6.282,57 €	29.667,62 €
<b>Total</b>	<b>6.282,57 €</b>	<b>29.667,62 €</b>



*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'M' and several illegible signatures.*

## 11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 60,00% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40,00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos grupos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2016			Ano 2015			
	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 13)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	1 521 334,54 €	0,00 €	0,00 €	769,56 €	1 493 508,09 €	0,00 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, SA	826 147,66 €	2 202 000,00 €	622 138,68 €	0,00 €	817 508,23 €	2 402 000,00 €	623 072,43 €
HDC - Hidro-Investimentos do Centro	0,00 €	0,00 €	664 568,68 €	16 631,72 €	0,00 €	0,00 €	927 857,76 €
Hidrotec, Tecnologia del Agua, S.L.U.	0,00 €	0,00 €	409,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 633,98 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	3 273 000,00 €	1 173 178,04 €	0,00 €	0,00 €	3 573 000,00 €	1 141 769,51 €
<b>Total</b>	<b>2.347.482,20 €</b>	<b>5.475.000,00 €</b>	<b>2.460.294,72 €</b>	<b>17.401,28 €</b>	<b>2.311.016,32 €</b>	<b>5.975.000,00 €</b>	<b>2.687.333,68 €</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2016			Ano 2015	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	332 360,61 €	0,00 €	0,00 €	298 309,65 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, SA	164 871,62 €	783,24 €	111 663,57 €	169 208,46 €	119 842,63 €
HDC - Hidro-Investimentos do Centro	186 131,64 €	0,00 €	0,00 €	515 165,29 €	0,00 €
Hidrotec, Tecnologia del Agua, S.L.U.	2 455,95 €	0,00 €	0,00 €	2 455,98 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	1 235,67 €	166 827,92 €	0,00 €	178 271,87 €
<b>Total</b>	<b>685.819,82 €</b>	<b>2.018,91 €</b>	<b>278.491,49 €</b>	<b>985.139,38 €</b>	<b>298.114,50 €</b>

## 12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Passivo corrente		
Financiamentos Concedidos Grupo		
FCC Aqualia, S.A.	3 273.000,00 €	3 573.000,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	2.202.000,00 €	2.402.000,00 €
<b>Total</b>	<b>5.475.000,00 €</b>	<b>5.975.000,00 €</b>

Nota: Os valores constantes da rubrica são referentes a um empréstimo corrente das dos acionistas, com vencimento anual a 31 de dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 5% acrescida da Euribor a 3 meses.



H  
v  
m  
A  
S

### 13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecedores e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Fornecedores		
Fornecedores C/C	101.451,06 €	250.111,00 €
Partes relacionadas (Nota 11)	2.347.482,20 €	2.311.016,32 €
<b>Total</b>	<b>2.448.933,26 €</b>	<b>2.561.127,32 €</b>

	Ano 2016	Ano 2015
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	22,95 €	505,96 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	664.568,68 €	927.857,76 €
Férias e subsídios de férias	47.781,63 €	51.077,38 €
Credores por acréscimos de gastos	112.020,28 €	4.633,98 €
Adiantamentos de clientes	24.432,96 €	20.265,80 €
Investimentos reversíveis - Canon a pagar	643.629,65 €	687.040,90 €
Juros a pagar - FCC Aqualia (nota 11)	1.171.942,37 €	1.141.769,51 €
Juros a pagar - Lena (nota 11)	622.138,68 €	623.072,43 €
Devedores e credores diversos	91.902,30 €	73.304,75 €
<b>Total</b>	<b>3.378.439,50 €</b>	<b>3.529.528,47 €</b>

### 14. CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2016, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 370.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

#### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2016, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 24.918,92 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 1.245,95 Euros e o remanescente para a rubrica de outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2015, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de -111.616,50 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.



H  
W  
4  
4

## 15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Vendas	2.758.834,99 €	2.720.522,96 €
Serviços Prestados	79.132,70 €	87.990,87 €
Subcontratos (2)	274.905,42 €	570.205,51 €
<b>Total</b>	<b>3.112.873,11 €</b>	<b>3.378.719,34 €</b>

(2) Corresponde à componente de proventos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas

## 16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Matérias-primas		
Existências iniciais	48.606,82 €	55.425,15 €
Compras	132.771,08 €	126.097,96 €
Regularização de existências	0,00 €	0,00 €
Existências finais	-47.365,62 €	-48.606,82 €
<b>Total</b>	<b>134.012,28 €</b>	<b>132.916,29 €</b>

## 17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Subcontratos	10.836,29 €	41.268,21 €
Subcontratos (2)	274.905,42 €	570.205,51 €
Serviços especializados	842.715,88 €	799.618,28 €
Materiais	15.455,13 €	13.843,66 €
Energia e fluidos	209.945,35 €	188.377,89 €
Deslocações, estadas e transportes	9.600,68 €	14.690,71 €
Serviços diversos	165.110,33 €	197.086,50 €
<b>Total</b>	<b>1.528.569,08 €</b>	<b>1.825.090,76 €</b>

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas



*Handwritten notes in blue ink:*  
 H  
 W  
 Am  
 A  
 H

## 18. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Remunerações	269.984,46 €	304.629,47 €
Encargos sociais	58.461,56 €	69.014,11 €
Seguros de acidentes de trabalho	4.417,24 €	4.119,68 €
Gastos de ação social (SHT)	183,03 €	1.045,20 €
Outros gastos com o pessoal	9.182,61 €	13.642,15 €
<b>Total</b>	<b>342.228,90 €</b>	<b>392.450,61 €</b>

*Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2016 de 23 pessoas.*

## 19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Rendimentos suplementares	128,94	0,00
Outros rendimentos	4.593,92 €	4.267,39 €
<b>Total</b>	<b>4.722,86 €</b>	<b>4.267,39 €</b>

## 20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Impostos e taxas	24.218,67 €	18.127,56 €
Serviços bancários	60.426,73 €	57.399,58 €
Insuficiência da estimativa para impostos	8,30 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	5.408,96 €	0,00 €
Juros de Mora	0,00 €	21,23 €
Dívidas incobráveis	41.025,00 €	0,00 €
Outros gastos	28.302,93 €	9.627,15 €
<b>Total</b>	<b>159.390,59 €</b>	<b>85.175,52 €</b>



H  
M  
F  
H

## 21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
A tivos fixos tangíveis		
Equipamento básico	4 871,08 €	3 167,47 €
Equipamento de transporte	1 776,22 €	1 046,38 €
Equipamento administrativo	885,95 €	4 101,41 €
A tivos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Cannon)	278 146,49 €	278 146,49 €
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	289 847,45 €	289 847,45 €
<b>Total</b>	<b>575.527,19 €</b>	<b>576.309,20 €</b>

## 22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	278.491,49 €	314 425,30 €
<b>Total</b>	<b>278.491,49 €</b>	<b>314.425,30 €</b>

## 23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Cartaxo, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2016, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos



H  
M  
W  
d  
H

são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Em 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se apresenta de seguida:





H  
M  
W  
H  
F  
d

	Ano 2016	Ano 2015
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	35.804,30 €	(43.493,55) €
A mortização de investimentos reversíveis não aceites	289.847,45 €	289.810,54 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	78.529,35 €	48.379,68 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	340,99 €	0,00 €
Correcções relativas a períodos anteriores	33.083,26 €	0,00 €
Outros custos a acrescentar	3.787,70 €	3.177,72 €
Créditos incobráveis	41.025,00 €	40.228,19 €
A mortização de investimentos reversíveis aceites	(94.965,26) €	(94.965,26) €
Reversão imparidade	(41.025,00) €	(40.228,19) €
<b>Lucro tributável</b>	<b>346.427,79 €</b>	<b>202.909,13 €</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
<b>Matéria coletável</b>	<b>346.427,79 €</b>	<b>202.909,13 €</b>
Coleta	72.149,84	42.010,92
Pagamento especial por conta	0,00	0,00
Retenções na fonte	0,00	0,00
Pagamento por conta	39.917,73	25.485,60
<b>IRC a pagar/recuperar</b>	<b>32.232,11</b>	<b>16.525,32</b>
Derrama	5.196,42	3.043,64
Tributações autónomas	1.183,10	3.325,12
<b>Total a pagar/recuperar</b>	<b>38.611,62</b>	<b>22.894,08</b>
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>78.529,35</b>	<b>48.379,68</b>
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(43.848,49) €	(68.412,47) €
<b>Imposto do exercício</b>	<b>34.680,86 €</b>	<b>(20.032,79) €</b>

<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido activo</i>	<b>114.333,65</b>	<b>4.886,13</b>
<i>Imposto diferido activo (2741/8122)</i>	<b>43.848,49</b>	<b>68.412,47</b>
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado</i>	<b>(34.680,86)</b>	<b>20.032,79</b>
<i>Resultado após impacto do imposto diferido activo</i>	<b>79.652,79</b>	<b>24.918,92</b>





## 24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

### Ativos contingentes

À data de 31 de dezembro de 2016, não existiam na Cartágua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registrar-se, relativamente ao período em questão.

### Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Cartaxo, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2016	Ano 2015
FCC Aqualia, S.A.	180 000,00 €	180 000,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	120 000,00 €	120 000,00 €
<b>Total</b>	<b>300.000,00 €</b>	<b>300.000,00 €</b>

## 25. LOCAÇÕES

### Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Rentlei nos anos 2013 e 2014, pelo período de 48 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 39.549,16 Euros.

## 26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foram aprovadas as candidaturas apresentadas pela Cartágua (POSEUR-03-2012-FC-000010 e POSEUR-03-2012-FC-000011) para a construção da ETAR de Pontével e da ETAR de Valada respetivamente, no último trimestre do ano 2016. Esta aprovação pressupõe uma inversão em infraestruturas de cerca de 5,9 milhões de euros e uma contribuição do Fundo de Coesão de aproximadamente 3,7 milhões de euros a partir do ano 2017.

A aceitação dos termos do regulamento do programa POSEUR presume um reconhecimento no Balanço de um incremento do Ativo Intangível relativo ao Plano de Investimento a realizar pela Cartágua assim como um Subsídio ao Investimento, que só deverá produzir efeitos a partir de 2017.

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cartão Alvaro Alves de Almeida



Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'W. W. M. A.'



## 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
CARLOS DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GREINHA  
JOAO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MARIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CARTÁGUA – ÁGUAS DO CARTAXO, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 18.230.395 euros e um total de capital próprio de 1.968.195 euros, incluindo um resultado líquido de 79.653 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CARTÁGUA – ÁGUAS DO CARTAXO, S.A. em 31-12-2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

1 de 3

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Lisboa, 19 de abril de 2017

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação das contas da *CARTÁGUA - ÁGUAS DO CARTAXO, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.
4. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação das contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 19 de abril de 2017

O FISCAL ÚNICO

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por  
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056